

**ORALIDADE E LIQUIDEZ: A CONSTRUÇÃO DE DOCUMENTOS E O PAPEL
DO HISTORIADOR NA CHAMADA PÓS-MODERNIDADE**

Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Pesquisadora do NEHO-USP
suzana.ribeiro@gmail.com

Pode-se pensar que as tramas biográficas, resultantes do processo de registro de narrativas, reinventam uma vida. Como afirmou Bosi: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade [o local] onde ela floresceu” (BOSI, p.69). Essa função transformadora está expressa no conjunto das entrevistas que mostram engajamento e motivações. Além disso, segundo Ades: “a história oral não é apenas o recolhimento do testemunho pessoal, ela é uma maneira de resgatar ‘as camadas da população excluídas da história’”. Há mais do que curiosidade científica no ato de dar a palavra a alguém. No mínimo, há a intenção da denúncia.

A entrevista convertida em narrativa escrita é estabelecida como documento para a história oral, um documento/narrativa produzido a partir de um processo teórico-metodológico (RIBEIRO, 2002).

Refletir sobre documentos para a história oral implica em pensar a pós-modernidade e a liquidez do mundo contemporâneo que “documentos sólidos” talvez não consigam dar conta de explicar. Por isso, crescem as formas “alternativas” de documentação, como os documentários em vídeo e a própria história oral. Esses documentos em si têm uma carga de contemporaneidade, por serem produzidos por equipamentos modernos (câmeras e gravadores, por vezes, digitais), mas, mais que isso, são também “descontínuos”, “auto-reflexivos” (GIDDENS, 1991 e 2002) e “líquidos” (BAUMAN, 2001) como seu próprio tempo. Eles são subjetivos e não objetivos. São

líquidos e não sólidos. Não contém uma única verdade e uma explicação sobre o mundo, se moldam às diferentes situações.

Nesse sentido, cabe lembrar as reflexões, realizadas desde a década de 70, pelo estadunidense James Hoopes:

... in the case of the oral document, the critical questions are more personal and subjective because of your involvement in creating the document. The consequent difficulty in interpreting the oral document can be both frustrating and excellent training. The problem is that, though an interview may contain lies, it is unlikely to contain *the* truth. The best that you can hope for is that the interviewee has told *a* truth, the truth as it looks to him. Your crucial critical question, therefore, is not “how do I know that the interviewee has told the truth?” Rather, you should ask, “What do I know from the interviewee’s words about his actual experience and about his perception of that experience? (HOOPES, 1979, p. 123)

Também que se pode relacionar essa fluidez com um processo de globalização, não só da economia e da política, mas também da história oral. Isso tem relação com a busca de novas formas de documentar e explicar o mundo (em todo o mundo). Daí a idéia das histórias de vida como um novo tipo de documento “moderno”, não só porque gravado, mas por ter nele outras características, carregadas de modernidade (globalização, tecnologia, fragmentação, não verdade...).

É interessante ver que a história oral e o uso da fonte oral está crescendo sem lugar definido, seus principais pensadores são críticos literários, historiadores, antropólogos, sociólogos e isso pode fazer sentido junto com a discussão sobre o surgimento de uma área de estudos, (não um *locus* interdisciplinar, mas uma forma de produzir conhecimento diferente, a partir desses documentos diferentes), pois é um campo que tem crescido significativamente nos últimos anos. Daí advém o posicionamento de pensadores como Meihy que defendem que a história oral seja uma disciplina, com preocupações, procedimentos e teoria próprios (MEIHY. 2003).

Propõe-se, portanto, uma associação entre documento oficial/tradicional com um mundo sólido e de verdades objetivas e o documento/narrativa resultado do trabalho de

história oral e da interação entre sujeitos, com um mundo mais fluido, mutável, múltiplo e líquido. Desdobrando essa questão é possível associar isto também com o tipo de identidade que se forja (elabora, esculpe). Ao assumir a “liquidez” do documento, pode-se enxergar numa mesma narração sobre uma experiência, muitas identidades, pois o “eu”, não é uma entidade passiva, mas determina e é determinada pelas contingências (BHABHA, 2001).

Nesse sentido, cabe uma crítica aos trabalhos em história oral que em geral se preocuparam mais com a captação dessas subjetividades na situação da entrevista, que com a análise delas. De forma geral, os pesquisadores tendem a aprisionar e fechar possibilidades no momento em que se debruçam para interpretá-las. E diagnosticar o que aqui é apresentado como problema, não significa superar a crítica, ou saber como fazer diferente, mesmo sendo isso uma de nossas preocupações.

Sobre a situação de entrevista em geral há pontos que merecem destaque. O primeiro é que mulheres e homens narram diferente: diferentes temas de diferentes modos. Sendo assim, é possível afirmar que a narrativa tem gênero. Analisando diferentes trabalhos, é possível apontar que uma das grandes diferenças é que mulheres incluem de maneira mais forte em seu narrar o tema família. Enquanto os homens falam mais sobre a produção e sobre seus trabalhos. Mas as diferenças podem ser vistas para além dos temas, na escolha vocabular de cada narrador. E isso é algo que deve ser incluído na possibilidade de análise dos trabalhos com oralidade.

Além dos temas e das palavras há diferenças no modo de narrar. A historiadora Valerie Raleigh Yow lembra das diferenças entre masculino e feminino na narrativa. Segundo ela os homens são mais assertivos, e não têm medo de afirmar sua vocação ou força. Já mulheres costumam dar mais “voltas” para dizer algo sobre si mesmas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de sua profissão e suas habilidades. Yow exemplifica esses pontos a partir de seu trabalho (YOW, 2005, p.301).

Ponto importante a ser estudado frente às marcas compartilhadas pelas narrativas é o uso de uma linguagem própria e a referência a uma trajetória comum. Marcas

essas que caracterizam essa comunidade que pode ser evidenciadas ou apagadas de acordo com a postura assumida pelo pesquisador durante a realização da entrevista (papel da mediação e postura colaborativa) ou no momento da transposição do discurso oral para o escrito (transcrição).

É sabida a importância de se respeitar a imensa diversidade de modos de narrar, oriundos de diferentes vivências e jeitos de lembrar. Por outro lado, vê-se em uma mesma narrativa a presença de várias vozes. Inspirados nas reflexões de Mikhail Bakhtin (2002, p. 183) quanto à polifonia que estas carregam, percebemos a riqueza das práticas na construção de memórias, identidades e subjetividades de vários grupos sociais estudados por meio da documentação originariamente oral.

Tais percepções e análises baseiam-se nas reflexões de Foucault sobre a noção de subjetividade, ao produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, dividida em certas práticas objetivadoras, subjetivadoras e discursivas.

Assim, as perturbações e cobranças que rondam um historiador oral na hora da transposição do narrado para um texto escrito, são as mesmas do etnógrafo no momento de escrever seu texto. Preocupação expressa por Geertz da seguinte forma:

Afirmar [...] que escrever etnografia implica contar histórias, criar imagens, conceber simbolismos e desafiar figuras de linguagem, encontra comumente uma resistência, amiúde feroz, em virtude de uma confusão, que é endêmica no Ocidente pelo menos desde Platão, do imaginado com o imaginário, do ficcional com o falso, da compreensão de coisas com a invenção delas. A estranha idéia de que a realidade tem uma linguagem em que prefere ser descrita, de que sua própria natureza exige que falemos dela sem espalhafato – pau é pau, pedra é pedra, rosa é rosa - sob pena de ilusão, invencionice e auto-enfeitamento, leva à idéia ainda mais estranha de que, perdido o literalismo, também a realidade se perderá. (GEERTZ, 2002, p. 183)

A construção de todo texto é, portanto, um desafio para oralistas e etnógrafos, ainda mais visto que tradicionalmente a atenção desses pesquisadores não recai sobre “questões literárias” (GEERTZ, 2002, p.8). Com isso, pode-se dizer que as duas áreas estão

caminhando lado a lado, enfrentando dilemas parecidos. No entanto, o que se percebe é que se as críticas são parecidas as respostas a elas são distintas.

Ao transformar o que foi originalmente um diálogo em um texto em primeira pessoa as marcas do diálogo permanecem, as perguntas, quando mudam o rumo da narrativa estão presentes na transcrição. Como no trabalho resultante de minha pesquisa de doutoramento. Cito aqui, o caso de uma entrevista com Aquiles, membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que minha intervenção aparece da seguinte forma: “Você me pergunta sobre minha vida antes de entrar no MST...” ou ainda “Em que momentos me sinto mais Sem Terra? Todos!”

A pergunta “quando se sente sem-terra?” embora não apareça textualmente em todas as entrevistas perpassou todos os encontros. Ela foi a pergunta de corte (MEIHY, 2005). Ou seja, foi questão presente nas entrevistas para todos os participantes do projeto e se remete ao tema central dessa pesquisa. Ela foi formulada diretamente quando necessário, contudo em algumas situações foi respondida no conjunto da fala do entrevistado, não precisando aparecer de forma direta.

Essas transformações do texto oral para o escrito, foram definidas por Meihy como sendo um processo de transcrição.

Trata-se da transformação do que foi falado em escrita, “teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito, palavra por palavra” (1991, p. 30). Meihy denomina esse procedimento de postura “livre”, em que é mais importante o compromisso com as idéias e não apenas com as palavras (1990, p.28).

O processo da transcrição, enfim, implica evidenciar o narrador em sua essência maior. O que interessa é jogar luzes na narrativa e não nas intermediações que devem, como os andaimes, cair desde que procedido o trabalho. (MEIHY, 1991, p.33)

Caldas levou o conceito a frente propondo-o não como uma etapa do trabalho,

mas como todo o conjunto de interações entre entrevistador e entrevistado, que resulta na produção de um texto escrito final (1999). E chegou a afirmar que por todo o processo de feitura do texto final, o colaborador não pode mais ser tratado como objeto de conhecimento, passa a ser sujeito participativo.

O texto final (depois de ter passado por várias entrevistas, várias transcrições, vários encontros de leitura e por todo o processo de formação textual) jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo interlocutor; no entanto cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse, mas somente ele poderia ter dito). (CALDAS, 2001, p.36)

A transcrição é mais que uma edição do texto da entrevista. Leva em conta coisas que foram ditas e não foram gravadas, por isso é o resultado da interação. Mostra-se aqui dois exemplos simples, lembrando que análises detalhadas foram feitas por Santos (1998) e também por Brito (2002).

Elizandra aceitou dar sua entrevista, estávamos à sombra de uma árvore e ela tinha sua filha nos braços. Antes de começar a entrevista ela me apresentou Inara. Assim que liguei o gravador, Inara começou a chorar, entretanto só depois de falar por uns minutos, Elizandra, que a embalava desde o início, falou “Ô minha filha”. Na transcrição o início da entrevista aparecia assim:

Sou Elizandra, do Mato Grosso do Sul. Faço parte da Direção Estadual pelo setor de educação. Eu nasci em Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, mas a minha infância, a minha adolescência, um pouco da minha juventude mais grandinha foi numa cidade do interior próxima a Dourados, Douradina, município de Douradina. A minha infância foi maravilhosa, no sentido da vida no interior é boa de se viver. (*choro de bebê*) Ô minha filha.

Essa última frase, que poderia ficar sem sentido, transformou-se em “Essa aqui no meu colo é minha filha, Inara... Ô filha! Não chora não...”

Outro exemplo pode ser tirado da entrevista de Aquiles, que por estar muito gripado tossia o tempo todo. Por vezes ele não conseguia terminar suas frases. As inúmeras interrupções provocadas pela tosse apareceram no texto final em frases como: “Não

consigo nem falar direito de tanta tosse...”, “Essa tosse não pára!” e “Minha voz está falhando... acho que por causa da tosse...”

Nessa medida, a própria criação dos documentos apresentados é em si um ato de interpretação, resultante de um encontro com os entrevistados. As narrativas são resultados de uma conversação, uma criação conjunta, desde o momento de sua gravação. A narrativa é organizada por sua estrutura vocabular, a partir das palavras usadas; por sua situação social, a interação intersubjetiva estabelecida entre os presentes; e por sua performance, pois quem fala, fala para uma audiência e essa performance é parte integrante da narrativa.

Desse encontro, o que é registrado é algo entre a história que o entrevistador quer construir e a história que o entrevistado quer contar. O que se tem acesso é uma seleção que de certa forma é uma auto-análise, resultante de um campo de tensão (a situação da entrevista).

Para a história oral o referente não é o acontecido, pois ele não pode ser capturado a não ser no momento imediato. A história oral é, portanto, o processo que converte “memória em história”, aprisionando, concretizando, formalizando um momento que era volátil, passageiro e disforme, por meio da elaboração de um texto. Assim, pode-se pensar que no momento de uma entrevista o indivíduo fala sobre o acontecido, criando um novo referente. Num segundo momento, quando se transpõe o que foi dito para o papel, o que é chamado – genericamente – de transcrição, passa a ser um novo referente. Isto, dada a impossibilidade de representação do passado tal como o ocorrido.

No fazer do historiador oral, ou como Meihy prefere chamar, do oralista, prevê-se a elaboração de um documento escrito que possa ser objeto de interpretação. Dessa forma a história de uma pessoa é tomada como texto para que possa ser analisada, assim como o faz Geertz com a cultura, e, portanto, o documento produzido pode ser submetido a uma teoria interpretativa.

Geertz, em sua obra (1989, 1997 e 2001), defende que a antropologia é hermenêutica, pois a interpretação se dá em todos os momentos do estudo, da leitura de um

texto cheio de significados que é a sociedade à escritura do texto do antropólogo, e que por fim é interpretado por aqueles que não passaram pelas experiências do trabalho de campo nem da elaboração do texto escrito. Esse é um percurso comum às duas práticas, esse é um dos motivos de se pensar em uma hermenêutica para a história oral.

Mais um ponto em comum das duas teorias: ambas em seu trabalho se deparam com uma realidade complexa, multifacetada, para a qual quanto mais se olha, menor é a possibilidade de apreendê-la em sua totalidade. Por isso “demandam por uma interpretação; devem ser interpretadas” (AZZAN, 1993, p.95). Assim, para a história oral também é coerente a afirmação de Geertz:

As assimetrias morais através das quais trabalha a etnografia, bem como a complexidade discursiva em que ela funciona, tornam indefensável qualquer tentativa de retratá-la como mais do que a representação de um tipo de vida nas categorias de outro. (2002, p.188)

Essa prática sem dúvida põe fim a muitas pretensões das ciências sociais de “contornar o incontornável de que todas as descrições etnográficas são de fabricação caseira, são as descrições de quem descreve, e não daquele ou aquilo que é descrito” (2002, p.188).

Frente a essa complexidade não podemos mais pensar que esse pesquisador pode ser um reproduzidor ou relator do dizer do outro. Ao menos de forma contundente e sólida. O pesquisador social deve ser autor e assumir sua autoria. Seu novo exercício é ligado a construção da interpretação. Essa é a responsabilidade social de um pesquisador social. A idéia defendida nesse texto é de que o autor - oralista ou etnógrafo - deve ser um hermenêuta, e em seu texto fundar sua discursividade e construir sua obra. Ciente de suas possibilidades e suas limitações.

A autoria de um texto tanto para a etnografia quanto para a história oral:

... em geral, não tem sido apresentada como um problema de ordem narrativa, uma questão da melhor maneira de se fazer com que uma história honesta seja contada honestamente, mas como um problema epistemológico, uma questão de

como impedir que visões subjetivas distorçam fatos objetivos. (GEERTZ, 2002, p.21)

Sobre isso Silva lembra que:

Mesmo que os antropólogos estejam conscientes de que os fatos não falam por si mesmos, conforme defendeu Malinowski, as etnografias pretendem que os documentos apresentados, as descrições, possam ser referidos como “fatos brutos”, não contaminados pelo uso interpretativo que se quer fazer deles. Como se sua própria descrição, ou os elementos com os quais a compomos, já não fosse em si mesma uma forma de interpretação da realidade. (2006, p.121)

É justamente frente a tal discussão que o conceito de transcrição e de liquidez ganham importância, pois subvertem na própria criação do documento a possibilidade de “pureza” ou “dureza”. A narrativa resultante deste processo importa não por ser mais completa, mais fiel, mais durável ou mais sólida. E sim, por incorporar a idéia de parcialidade, não apenas a do entrevistado, mas também a do entrevistador.

É possível, entretanto, separar a descrição dos fatos de sua interpretação tanto na construção de um texto etnográfico como em sua leitura? Toda descrição já não é em si mesma uma interpretação circunstanciada pelas condições de sua observação? (SILVA, 2006, p.121)

Destaca-se que no processo de produção documental o sujeito está presente e é sua presença que motiva a produção do documento. Sendo assim é difícil delimitar a fronteira entre descrição e interpretação. Ambas estão a todo momento presentes. De maneira apenas didática, pode-se marcar a existência mais intensa de uma e de outra, em certos momentos. O texto da entrevista pode ser o lugar em que se pretende que o narrador apareça mais que o pesquisador. A iniciativa de deixar a narrativa em primeira pessoa é tentativa de marcá-la como pessoal e subjetiva, em contraponto a um discurso homogeneizante e generalizador que impede a leitura de um texto como resultado de uma experiência.

Da mesma forma, não se deve pensar que as tramas biográficas registradas dêem conta do que é cada entrevistado. Assim como os textos que sistematizamos para

apresentações ou teses não são a totalidade da pesquisa desenvolvida. Muito se perde. Aqui como lá, tem-se acesso às versões, apanhados de momentos, vistos à luz dos olhos de hoje, sobre o acontecido ou sobre o que se lembra ter ocorrido.

É comum ouvir, quando se fala do trabalho com memória, que ela é fluída. E é realmente. Mas se isso vale para os narradores, deve valer também para os pesquisadores.

Importa entender como a pessoa se descreve, ou, quais suas verdades e pontos de vista sobre as coisas. No entanto, dizer isso não basta, Mary Marshall Clark, a partir de sua experiência com um projeto sobre o 11 de setembro em Nova Iorque, lembra que muitas vezes as pessoas reproduzem verdades ouvidas, como se fossem suas. No caso específico de eventos como o atentado terrorista que atingiu as torres do World Trade Center, algumas pessoas acabavam por não ter suas próprias opiniões sobre sua própria experiência. Segundo Clark, em palestra proferida em junho de 2006, durante o “Summer Institute on Oral History” realizado na Universidade de Columbia – NY/EUA – isso se deu, pois a mídia inundou a todos com informações, o que fez com que, muitas vezes o que primeiro surgisse nas entrevistas fosse essa percepção mais generalizada, e somente com algum tempo e conversa aquelas percepções padrão puderam ceder lugar para pensamentos e impressões mais particularizados.

Evidentemente, cada cultura é formada por uma diversidade de indivíduos e esses indivíduos, por diferentes pensamentos e idéias. De forma que há uma grande variedade de percepções e pensamentos dentro de cada grupo, que conformam identidades diversas.

Paralelamente, ao construir as histórias de vida faz-se com que cada narrador se transforme em personalidade central dos acontecimentos daquela comunidade e tenha a oportunidade de mostrar suas próprias percepções. Com esta perspectiva, não se pretende forjar “novos heróis”, mas apenas comprovar que qualquer colaborador é tão importante como agente histórico quanto os líderes ou os governantes reconhecidos pela “história oficial”.

É importante dizer que se intenciona fugir do que a maior parte dos trabalhos que se baseiam na história oral tem feito, nas palavras de Ronald Grele: “oscilar entre os extremos de um populismo entusiasta, onde o historiador desaparece para dar voz ao ‘povo’ e uma concepção tradicional de historiografia ‘objetiva’ na qual o historiador/autor assume uma posição privilegiada como intérprete das interpretações de seus entrevistados” (GRELE, 1991, p. 112).

Assim, a pesquisa valoriza o subjetivo, e a identidade de um grupo como reflexo das experiências e sentimentos dos indivíduos que o compõem. Thompson aponta uma aproximação positiva entre o saber acadêmico e o saber popular, pois:

... a natureza da entrevista implica uma ruptura da fronteira entre a instituição educacional e o mundo, e entre o profissional e o público comum. Pois o historiador vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outros que, por provirem de uma classe social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa. (1998, p.32)

Esse aprendizado se deu por meio de uma conversa, em que se escutou muito e se perguntou pouco. Mas narrar memórias (vivas e escutadas) é um ato social de interação. O ser humano é um ser dialógico, relacional, que se vai construindo a partir das relações que vai estabelecendo com os outros seres humanos, sem perder sua singularidade, pois continua sempre sendo um ser único e irrepetível, sua subjetividade é composta das milhões de relações que ele estabelece durante toda sua existência. (STREY, 1998, p.56)

Há, portanto, que se pensar o fazer da história oral frente as proposições das teorias antropológicas e sociológicas contemporâneas o diálogo e a valorização da diversidade das experiências dos sujeitos, as quais tem-se acesso por meio da elaboração de narrativas subjetivas. Os encontros entre os entrevistados/sujeitos e o pesquisadores/sujeitos estabelecem relações de intersubjetividade, que marcam condutas diferenciadas, reafirmando a existência de compromissos entre sujeitos. Assim, defende-se que essas relações não sejam de oposição ou enfrentamento, mas sim de atenção e colaboração.

Bibliografia

- ADES, César. A memória partilhada. Resenha de Bosi, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24613.pdf>, acessado em 11/01/07.
- AZZAN Júnior, C. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRITO, F. B. de. *Ecos da Febem: história oral de vida de funcionários da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor de São Paulo*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2002.
- CALDAS, A. L. *Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em história oral*. Porto Velho: Edufro, 2001.
- CALDAS, A. L. Transcrição em história oral. In: *Neho-história*. Nº 1, novembro de 1999. pp. 71-79.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 2001.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes; 1997.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- GRELE, R. J. La Historia y sus Lenguajes en la Entrevista de Historia Oral: Quién Contesta a las Preguntas de Quién y Por Qué? In: *Historia y Fuente Oral*, nº 5, 1991.
- HOOPES, J. *Oral history: an introduction for students*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1979.
- MEIHY, J. C. S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- _____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- _____. La radicalización de la historia oral. In: *Palabras e silencios*. Revista de la Asociación Internacional de Historia Oral. Nueva Época, vol 2, n. 1, junio 2003, pp. 33-45.
- _____. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- RIBEIRO, S. L. S. *Processos de mudanças no MST: história de uma família cooperada*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2002.
- _____. *Tramas e Traumas: identidades em Marcha*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2007.
- SANTOS, A. P. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: histórias de vida de militares de esquerda*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1998.
- SILVA, V. G. da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- STREY, M. N. (et al.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998, p.56.
- YOW, V. R. *Recording Oral History: a guide for the humanities and social sciences*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2005.